



Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município
Gerência de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTRAORDINÁRIA DE
CONFORMIDADE Nº 01/2021

OBJETO

**Auditoria Extraordinária de Conformidade na Execução do
Contrato nº 401/2014 Corpus Saneamento e Obras LTDA**

ÁREA AUDITADA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAM

Denis Penedo Prates
Secretário da Controladoria Geral do Município

Antonio Henrique Calmon Brandão
Assessor Técnico

Walquiria Oliveira Santos Perovano
Analista de Gestão Pública - Contadora
Assessora de Controle Interno

José Luiz Modolo
Auditor Interno
Gerente de Auditoria

Vitória (ES), 30 de junho de 2021.



**Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município
Gerência de Auditoria**

Sumário

I – INTRODUÇÃO.....	3
II – OBJETIVO	3
III – ABRANGÊNCIA/AMOSTRAGEM.....	3
IV – METODOLOGIA E TÉCNICA.....	5
V - PERÍODO DE EXECUÇÃO.....	5
VI – BASE LEGAL	5
VII – DESENVOLVIMENTO.....	5
1. FRAGILIDADES NO MECANISMO DE CONTROLE DE FISCALIZAÇÃO.....	6
2. AUSÊNCIA DE DESIGNAÇÃO FORMAL DO FISCAL.....	9
3. INOBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DE SEGREGAÇÃO FUNÇÕES.....	11
3.1 Ausência de ART de servidor responsável pelo ateste de Nota Fiscal e Medição	13
VIII – CONCLUSÃO	14
ANEXO I	16

RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTRAORDINÁRIA DE CONFORMIDADE Nº 01/2021

I – INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral do Município de Vitória, no uso de suas atribuições legais, dispostas na Lei Municipal número 8.530/2013; nos Decretos Municipais números 15.881/2014, 16.561/2015 e 17.009/2017; e na Autorização de Serviço de Auditoria – ASA nº 02/2021, realizou Auditoria Extraordinária de Conformidade na Execução do Contrato nº 401/2014 Corpus Saneamento e Obras Ltda., pela Secretaria de Meio Ambiente do Município de Vitória.

II – OBJETIVO

Atender a solicitação da Promotoria de Justiça Cível de Vitória, do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (OF/PCVT/CART/Nº1356/2021/27ªPCVT, de 12/05/2021) e da Procuradoria Geral do Município (OF PGM/GAB Nº 572/2021, de 18/05/2021), analisando por amostragem, os procedimentos legais e formais da fiscalização, liquidação e pagamentos, na prestação de serviços da contratação nº 401/2014, firmada com o fornecedor Corpus Saneamento e Obras Ltda.

III – ABRANGÊNCIA/AMOSTRAGEM

Abrangência

Procedimentos de fiscalização, liquidação e pagamento da contratação nº 401/2014, firmada com o fornecedor Corpus Saneamento e Obras Ltda.

Amostragem

A Auditoria foi demandada pela Promotoria de Justiça Cível de Vitória do Ministério Público do Estado do Espírito Santo através do OF/PCVT/CART/Nº1356/2021/27ªPCVT, de 12/05/2021, quanto à execução do contrato referenciado na abrangência, firmado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAM com a empresa Corpus Saneamento e Obras Ltda.

cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção de áreas verdes do Município de Vitória.

Para o atendimento da demanda supracitada, inicialmente a amostra se deteve em 03 (três) processos de pagamento, selecionados nos exercícios financeiros de 2018, 2019 e 2020. Cabe ressaltar que o escopo da amostra está atrelado ao fator tempo e, todavia poderá ser estendido em novo trabalho.

Para a seleção da amostra foi extraído um Relatório de Pagamentos do sistema ContratoWeb referente aos exercícios financeiros mencionados anteriormente, sendo adotado o critério de seleção com base nos pagamentos de valores mais vultosos. Entretanto algumas premissas foram consideradas para a definição da amostra, a saber:

- Necessariamente ocorrerá a análise de 01 (um) processo de pagamento por exercício financeiro contemplado no escopo da auditoria;
- Além do critério do pagamento de valores mais vultosos, observou-se ainda a questão da sazonalidade/estação do ano do período na qual o serviço foi executado.

Dita tais considerações, seguem os processos selecionados na amostra:

- Processo nº 5854886/2018
 - ✓ Data do pagamento: 10/10/2018
 - ✓ Valor: R\$ 2.313.369,13
 - ✓ Estação do ano: Primavera
- Processo nº 2865371/2019
 - ✓ Data do pagamento: 27/06/2019
 - ✓ Valor: R\$ 2.459.229,61
 - ✓ Estação do ano: Inverno
- Processo nº 497758/2020
 - ✓ Data do pagamento: 17/02/2020



**Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município
Gerência de Auditoria**

- ✓ Valor: R\$ 2.800.955,67
- ✓ Estação do ano: Verão

IV – METODOLOGIA E TÉCNICA

Para consecução deste trabalho realizou-se estudo prévio do Termo de Referência, do Contrato, dos Aditivos e Apostilamentos, da legislação e das normas pertinentes à matéria.

Aplicou-se também técnicas de auditoria tais como: entrevista, análise documental, exame dos registros virtuais, conferência de cálculos e correlação das informações obtidas.

V - PERÍODO DE EXECUÇÃO

De 01 a 28 de junho de 2021, compreendendo: procedimentos preliminares, trabalhos de campo e relatório.

VI – BASE LEGAL

Vide ANEXO I.

VII – DESENVOLVIMENTO

O cumprimento deste trabalho compreendeu a fase de fiscalização da execução do contrato nº 401/2014, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção das áreas verdes do Município de Vitória, o qual vigeu de 01/10/2014 a 30/09/2020, conforme informações extraídas do sistema de gestão de contratos, o ContratoWeb. A princípio, a avença pactuada com a empresa Corpus Saneamento e Obras Ltda., iniciou-se pela Secretaria Municipal de Serviços e finalizou-se pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, fato que será abordado mais adiante.

Faz-se necessário enfatizar que o escopo desta auditoria limitou-se exclusivamente a análise dos referidos processos e pagamentos mencionados no item III – ABRANGÊNCIA/AMOSTRAGEM, justificando a amostragem devido ao fator prazo para a execução deste serviço. Considerando a data de encerramento e as singularidades do objeto do contrato, não se realizou teste in loco dos serviços executados.

A fim de se obter evidências que subsidiem possíveis achados de auditoria, elaborou-se o programa de auditoria, versando sobre 5 (cinco) questões:

1. A designação formal de fiscal para acompanhar a execução do contrato;
2. A fiscalização, medição e atestes dos serviços executados; e a existência de documentos comprobatórios quanto à execução dos serviços;
3. A liquidação da despesa contratada quanto ao atendimento das disposições legais e formais;
4. Os registros próprios de ocorrências relacionados à execução do contrato;
5. A aplicação de *Check List*.

Destas questões obteve-se como resultado os seguintes achados de auditoria:

1. FRAGILIDADES NO MECANISMO DE CONTROLE DE FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização dos contratos é um PODER-DEVER da Administração Pública visto que objetiva assegurar-se de que o objeto contratado seja recebido ou executado a contento e as obrigações decorrentes sejam realizadas no tempo e modo devidos, assim como observância à conformidade das cláusulas contratuais pactuadas.

Não pode a Administração assumir posição passiva e aguardar que o contratado cumpra todas as suas obrigações contratuais. Durante a própria execução do contrato, deverá ser verificado se o contratado está cumprindo todas as etapas e fases do contrato. (In Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 478 apud ACÓRDÃO TC-664/2014 – PRIMEIRA CÂMARA – TCE-ES)

Com intuito de verificar os mecanismos de controle adotados pela fiscalização do contrato, solicitou-se à Gerência de Áreas Verdes os documentos comprobatórios das medições nº 48, 56 e 64, referentes aos processos de pagamentos selecionados na amostra.

Ressalta-se que, até a conclusão do presente trabalho, não foi disponibilizada a esta Controladoria os documentos pertinentes à medição nº 64. A solicitação foi efetuada à SEMMAM/GAV por email enviado em 15 de junho de 2021, e pela Requisição de Informações nº 02/2021, de 16 de junho de 2021. Reiteradas por mensagens texto e contato telefônico. Em resposta, o atual gerente da GAV informou por email (28/06/2021), que após exaustiva busca, a medição nº 64, não foi localizada. Tal situação prejudicou de certa forma a execução dos trabalhos da auditoria, impossibilitando a análise completa das amostras selecionadas por esta CGM, sem que houvesse alternativas para sanar essa limitação.

Compulsado os documentos das medições encaminhadas, evidenciaram-se as seguintes situações:

- 01 – Plantio de Árvores, 02 – Retirada de Árvores, e 10 - Área Livre:
 - ✓ Ordens de serviços sem o devido ateste da execução dos serviços;
 - ✓ Ordens de serviços atestadas sem a devida formalidade (sem data e carimbo).
- 03 – Manutenção de Parques:
 - ✓ Controles de frequência sem o devido ateste;
 - ✓ Controle de frequência em desconformidade quanto ao quantitativo de dias considerado na medição. Verificou-se que o somatório de dias atestados no controle de frequência não representava o total de dias discriminados e pagos na medição.
- 05 – Produção de Mudás:
 - ✓ Produção de mudas sem ateste da execução dos serviços;
 - ✓ Controle de frequência em desconformidade quanto ao quantitativo de dias considerado na medição. Verificou-se que o somatório de dias atestados no controle de frequência não representava o total de dias discriminados e pagos na medição.

- 07 – Paisagismo:
 - ✓ Ausência do controle de frequência das equipes.
- 08 – Podas de árvores:
 - ✓ Controle de frequência em desconformidade quanto ao quantitativo de dias considerado na medição. Verificou-se que o somatório de dias atestados no controle de frequência não representava o total de dias discriminados e pagos na medição.
 - ✓ Controle de frequência da equipe de podas de árvores da medição nº 48 refere-se ao mês de Agosto/2018.
- 09 - Equipe de Veículos (Basculante) e 13 – Reparo de Calçada:
 - ✓ Ausência de demonstrativo de controle do serviço executado.
- 14 – Cesto Aéreo:
 - ✓ Controle de frequência em desconformidade quanto ao quantitativo de dias considerado na medição. Verificou-se que o somatório de dias atestados no controle de frequência não representava o total de dias discriminados e pagos na medição.

A ausência ou a fragilidade de mecanismo de controle podem acarretar prejuízos financeiros, materiais e também limitações às informações gerenciais.

Recomendação

Recomenda-se à SEMMAM pleno atendimento quanto às formalidades primárias (assinatura e carimbo do técnico responsável, data do ateste, etc.) no tocante à fiscalização da execução dos serviços.

Com intuito de resguardar a Administração contra eventuais danos ao erário recomenda-se ainda à Secretaria aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização, no que diz respeito aos controles de frequência das equipes fixas e móveis (jardineiros, supervisores, motoristas, operadores, técnicos, etc.), visto as fragilidades recorrentes identificadas, como por exemplo, ausência de assinatura nos Relatórios de Atividades dos Parques Municipais por parte de seus administradores.

2. AUSÊNCIA DE DESIGNAÇÃO FORMAL DO FISCAL

Contextualizando o Contrato nº 401/2014 vigente a partir de 01 de outubro de 2014, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Serviços – SEMSE, tendo esta instituído a Comissão Permanente de Fiscalização e Gestão dos Serviços de Implantação e Manutenção das Áreas Verdes do Município de Vitória – COPFGAV por meio do Decreto nº 15.109/2011, composta por 01 (um) Presidente, 02 (dois) Coordenadores e 05 (cinco) Membros. No referido Decreto é estabelecido tanto as atribuições da Coordenação de Gestão, quanto da Coordenação de Fiscalização dos serviços contratados.

Em busca ativa em publicações oficiais do Município acerca do histórico de designações dos integrantes da COPFGAV, observou-se que no período compreendido entre o exercício financeiro 2011 a 2016 houve diversas publicações relacionadas à composição da comissão, configurando sua existência. Ressalta-se que a última publicação oficial identificada remete-se à Portaria SEMSE nº 08 datada de 05 de abril de 2016, com vigência a partir de 15 de abril de 2016, excluindo, à época, o servidor Marcos Vinicius de Sousa da função de membro da COPFGAV.

Com o advento do Aditivo Contratual nº 03, tal competência fora atribuída à Secretária Municipal de Meio Ambiente – SEMMAM, em virtude da publicação da Lei Municipal nº 9.080/2017, que extinguiu a SEMSE, bem como do Decreto Municipal nº 16.994/2017 que incorporou à SEMMAM as atribuições da SEMSE.

Destaca-se que após exaustiva pesquisa não se evidenciou qualquer ato formal emanado pela SEMMAM referente à continuidade dos trabalhos da COPFGAV.

Corroborando com o disposto acima, o Subsecretário de Qualidade Ambiental e Bem-Estar Animal, em resposta à solicitação desta Controladoria, informou que desde a extinção da SEMSE e a incorporação das atividades desta pela SEMMAM em 2017, não houve atuação ou designação para a COPFGAV desde então.

Dando continuidade à busca pela figura do fiscal designado formalmente, extraiu-se do sistema ContratoWeb apostilamentos da contratação quanto à indicação de servidores para desempenhar as funções de gestores e fiscais.

- No Apostilamento do Contrato nº 03, encontra-se a designação da servidora Giselle Cypreste Guimarães como gestora do contrato no período de 04/04 a 06/08/2018.
- No Apostilamento do Contrato nº 04, localiza-se a designação do servidor Ademir Barbosa Filho como gestor do contrato no período de 07/08/2018 a 02/04/2020.
- No Apostilamento do Contrato nº 06, localiza-se a designação da servidora Julia Reis Schimidt como fiscal do contrato a partir de 04/06/2019.

A Tabela a seguir demonstra o histórico de designações de servidores que atuaram na gestão e na fiscalização do contrato.

Tabela 1: Histórico de designações

Papel	Nome	Início	Fim
Gestor	Diego Cupertino Nascimento	03/04/2020	
Fiscal	Julia Reis Schimidt	04/06/2019	
Gestor	Ademir Barbosa Filho	07/08/2018	02/04/2020
Gestor	Giselle Cypreste Guimarães	04/04/2018	06/08/2018
Gestor	Danilo Carlos Bastos Porto	05/04/2017	23/02/2018
Gestor	Mauro Cesar Gonçalves Massad		04/04/2017

Fonte: Sistema ContratoWeb, extraída em 15/06/2021.

De acordo com Tabela extraída do sistema de gestão de contratos do Município, não há registro da figura do fiscal da contratação anterior à designação da servidora Júlia Reis Schimidt. Contudo, em consulta ao portal Geo-Obras, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, identificou-se que o servidor Guilherme Batitucci consta como Engenheiro de Fiscalização, com início de atividade desde 01 de outubro de 2014.

Em entrevista na data de 16 de junho de 2021, realizada na Gerência de Áreas Verdes, com intuito de obter informações relacionadas à fiscalização do contrato, a servidora Júlia Reis Schimidt relatou desconhecer a existência de fiscais anteriores à sua designação.

Diante dos fatos narrados não há comprovação de designação formal de fiscal ou comissão de fiscalização a partir da assunção das atividades da SEMSE à

SEMMAM (no início de 2017) até 04/06/2019, data da designação da servidora Júlia Reis Schimidit.

A ausência de ato formal de designação de servidor para desempenhar as atribuições inerentes ao papel de fiscal caracteriza fragilidade no controle da fiscalização do contrato de manutenção de áreas verdes do Município de Vitória.

Recomendação

Com base nas evidências elencadas constatou-se que a designação formal de fiscal para a contratação em tela ocorreu pelo Apostilamento nº 06, de 04/06/2019, e que não havia atuação da COPFGAV pela SEMMAM. Dito isso, recomenda-se à Secretaria que apresente caso tenha em outro sistema ou arquivo a designação formal de servidor ou de comissão para o exercício de fiscalização da contratação. Apresentando também, as razões pela ausência de atuação da COPFGAV.

Com relação às contratações vigentes e futuras recomenda-se observância acerca da designação do gestor e do fiscal de contrato, ato expedido pela autoridade competente, devendo contemplar, como regra geral, servidores efetivos, devidamente habilitados e capacitados para a boa fiscalização e gestão dos contratos, em observância ao artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, a fim de mitigar os riscos inerentes à fiscalização, evitando a título de exemplo, o pagamento de serviços não executados e/ou a inconformidade com os serviços contratados.

3. INOBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DE SEGREGAÇÃO FUNÇÕES

A segregação de funções é um dos princípios fundamentais do controle interno, consiste na separação das funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização (IN nº 01, de 06 de abril de 2001, Secretaria Federal de Controle Interno).

O Tribunal de Contas da União ressalta que se deve evitar a nomeação de mesmos servidores para atuar, nos processos de contratação, como requisitante, pregoeiro ou membro de comissão de licitação, fiscal de contrato e responsável pelo atesto da

prestação de serviço ou recebimento de bens, em respeito a este distinto princípio (item 9.6.7, Acórdão nº 5.840/ 2012-TCU-2ª Câmara).

Tal entendimento de segregar funções também está descrito no Manual de Gestão de Contratos do Município de Vitória, 3ª edição, o qual estabelece separadamente as atribuições relativas ao gestor e ao fiscal, não podendo ser confundidas. A gestão é o gerenciamento de todos os contratos; A fiscalização é pontual, visa avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no certame, para efeito de pagamento conforme o resultado.

Dito isso, destaca-se que consta no processo de pagamento nº 5854886/2018 selecionado na amostra, indícios de inobservância ao princípio de segregação de funções, considerando os diversos documentos da fase de liquidação e pagamento assinados pelo mesmo servidor.

Medição nº 048, período 01 a 30/09/2018

1. Planilha de quantidade e preços unitários medição mensal, fl. 03;
2. Ofício nº 031/2018 – SEMMAM/GAV¹, fl. 04;
3. Ateste na Nota Fiscal nº 000396, fl. 07;
4. Check List de liquidação, fl. 157;
5. Formulário de Integração entre Liquidação e Pagamento, fl. 158.

Vale ressaltar que o processo de liquidação também possui suas fases, cujas funções devem ser desempenhadas por agentes distintos para que o princípio do controle seja atendido (Acórdão 2296/2014 TCU – Plenário - Benjamin Zymler). É importante enfatizar que o achado de auditoria mencionado anteriormente registra a ausência de designação formal de fiscal para a contratação, corroborando para o acúmulo de funções.

Segundo o Acórdão TC-211/2018 – Segunda Câmara do TCEES, a segregação de funções se configura como um princípio do controle administrativo conferindo mais

¹ Extrai-se do Ofício nº 031/2018 – SEMMAM/GAV informações quanto à conformidade na execução dos serviços, a solicitação de providências quanto à nota fiscal, o encaminhamento de boletim de medição, todavia tais boletins são assinados somente pelo engenheiro da empresa contratada.

eficiência, racionalidade, imparcialidade, transparência e eficácia sobre os processos de execução das despesas públicas. Se não houver segregação de funções, certamente haverá fragilidade administrativa podendo ocasionar todo tipo de disfunções.

3.1 Ausência de ART de servidor responsável pelo ateste de Nota Fiscal e Medição

Insta frisar que está ausente nos autos processuais a ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) em nome de representante do Município responsável pela fiscalização dos serviços. Ressalta-se que após consulta ao Sistema Integrado de Gestão de Pessoas – SIGEP, não foi possível constatar qual a graduação em nível superior do senhor Ademir Barbosa Filho, o que aponta para inevidência quanto à habilitação do mesmo para cancelar ateste de conformidade na Nota e Fiscal nº 000396, emitida em 05 de outubro de 2018 e Medição nº 48.

Conforme exposto na publicação² do Tribunal de Contas da União:

O contratante manterá, desde o início dos serviços até o recebimento definitivo, profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados, os quais deverão ter experiência técnica necessária ao acompanhamento e controle dos serviços relacionados com o tipo de obra que está sendo executada.

Recomendação

Em homenagem à segregação de funções recomenda-se à SEMMAM que se atente em contratações futuras quanto a este princípio fundamental da Administração Pública, designando formalmente servidores distintos para desempenhar a função de gestor e de fiscal, conforme preconiza o Manual de Gestão de Contratos do Município de Vitória, item 12. E ainda, recomenda-se que em caso de afastamento legal dos servidores titulares, indicados para gestão e fiscalização da contratação, que seja designado servidores para substituí-los em tempo hábil, observando a boa prática no acompanhamento e controle de contratos públicos. Prevenindo erros, omissões e uso irregular dos recursos público.

² Obras Públicas: Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas. 4ª edição. TCU.

Quanto à ausência de ART, para que não haja comprometimento da fiscalização contratual, recomenda-se à SEMMAM que nos processos de pagamentos de contratos vigentes e futuros, relativos aos serviços de engenharia, junte-se aos autos a ART do fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.

VIII – CONCLUSÃO

Uma das finalidades do controle interno é apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. A Controladoria Geral do Município de Vitória em atendimento ao OF/PCVT/CART/Nº1356/2021/27ªPCVT, de 12/05/2021 da Promotoria de Justiça Cível de Vitória do Ministério Público do Estado do Espírito Santo executou auditoria extraordinária visando responder primariamente as manifestações registradas na base de dados e controle da Ouvidoria/MPES sob os nºs OUV2021081758 e OUV2021081769, cujo teor concentra-se na impossibilidade de uma única pessoa exercer a fiscalização da execução do contrato nº 401/2014.

O resultado desta auditoria evidencia, diante da complexidade do contrato em questão, que a fiscalização do mesmo era realizada com auxílio dos técnicos lotados na SEMMAM/GAV (Biólogos, Engenheiros Agrônomos e Técnicos Agrícolas), e não apenas pela figura do fiscal designado formalmente pelo Apostilamento nº 06, de 04 de junho de 2019.

Apreendeu-se da análise documental, referentes aos processos de pagamentos selecionados na amostra, a insuficiência de mecanismo de controle quanto à efetiva fiscalização, destacando: ausência de padronização entre a organização dos documentos comprobatórios de medição disponibilizados para esta auditoria, diversas ordens de serviços sem os devidos atestes da execução dos serviços pelos técnicos da SEMMAM/GAV, relatórios de atividades com levantamento de frequência em parques municipais sem data e assinatura do responsável pela elaboração e conferência das informações, etc.

Destaca-se, conforme mencionado no achado nº 03 – FRAGILIDADES NO MECANISMO DE CONTROLE DE FISCALIZAÇÃO, que até a conclusão do presente Relatório não foi encaminhada a esta Controladoria a medição nº 64 (janeiro/2020), solicitada mediante a Requisição de Informações nº 02/2021, de 16



**Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município
Gerência de Auditoria**

de junho de 2021. Enfatiza-se ainda, que tal solicitação foi reiterada à SEMMAM/GAV, cuja resposta apresentada pelo gerente, em 28 de junho de 2021 é de que após exaustiva busca, a medição nº 64, não foi localizada na GAV. Determina-se à SEMMAM que continue os esforços na localização da documentação solicitada e em caso de insucesso que se realize abertura de procedimento administrativo para apuração dos fatos.

Cabe frisar que a correção das eventuais inconsistências apontadas neste Relatório não deve se restringir às situações nele mencionadas, visto que foram identificadas mediante exame por amostragem, não se podendo descartar, portanto, a possibilidade de ocorrência de outras situações não detectadas.

O trabalho completo desta auditoria encontra-se arquivado na CGM, em pasta própria, contendo todos os dados utilizados na produção deste Relatório.

Vitória, 30 de junho de 2021.

José Luiz Modolo
Gerente de Auditoria
Auditor Interno

Walquiria Oliveira Santos Perovano
Assessor de Controle Interno
Analista de Gestão Pública - Contadora

Antonio Henrique Calmon Brandão
Assessor Técnico

Aprovado em ____/____/____

Denis Penedo Prates
Secretário da Controladoria Geral do Município



Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município
Gerência de Auditoria

ANEXO I

LEGISLAÇÃO FEDERAL

- Lei nº 8.666, de 21/06/1993, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Lei nº 4.320, de 17/03/1964 – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Estabelece normas de finanças públicas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP,
- Manual de Controle Interno da Controladoria Geral da União – CGU.
- Instrução Normativa nº 01, de 06 de abril de 2001, Secretaria Federal de Controle Interno;
- Acórdão nº 5.840/2012-TCU - 2ª Câmara;
- Acórdão nº 2296/2014 TCU – Plenário - Benjamin Zymler;
- Obras Públicas: Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas. 4ª edição. TCU.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- Lei Complementar nº 621, de 08/03/2012, vigente a partir de 08/06/2012 - Nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Resolução nº 261, de 04/06/2013 – Novo Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Instrução Normativa nº 68 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES e alterações – Estabelece critérios para a composição, organização e apresentação da prestação de contas anual, prestação de contas mensal, remessas de dados, informações e demonstrativos sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial, gestão fiscal e previdenciária, por meio eletrônico, ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências;
- Acórdão TC-211/2018 – Segunda Câmara do TCEES;
- Acórdão TC-664/2014 – Primeira Câmara – TCEES.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- Lei Orgânica do Município de Vitória;
- Lei nº 5.983, de 01/10/2003 - Dispõe sobre a Desconcentração Administrativa do Poder Executivo Municipal de Vitória;
- Lei nº 6.529, de 29/12/2005 – Dispõe sobre a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Vitória - PMV;
- Decreto nº 11.827/03, de 23/12/2003 – Regulamenta a Lei 5.983/2003 que dispõe sobre a Desconcentração Administrativa do Poder Executivo Municipal de Vitória;
- Portaria CGM nº 011/2017, de 06/09/2017, que Institui novo *check list*;
- Norma de Procedimento **NP 02.04**, de 13/02/2007 – Aditamento de Contrato;
- Norma de Procedimento **SCO-NP 01**, de 30/06/2012 - Empenho da Despesa;
- Norma de Procedimento **SCO-NP 02**, de 30/06/2012 - Liquidação e Pagamento de Despesa;
- Manual de Gestão de Contratos – MGC - Instituído pela Portaria CGM nº 01/2014, datada de 02/01/2014, publicada em 08/01/2014.